



Câmara dos Deputados

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 215-A, DE 2000, DO SR. ALMIR SÁ E OUTROS, QUE "ACRESCENTA O INCISO XVIII AO ART. 49; MODIFICA O § 4º E ACRESCENTA O § 8º AMBOS NO ART. 231, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (INCLUI DENTRE AS COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS DO CONGRESSO NACIONAL A APROVAÇÃO DE DEMARCAÇÃO DAS TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS PELOS ÍNDIOS E A RATIFICAÇÃO DAS DEMARCAÇÕES JÁ HOMOLOGADAS; ESTABELECEndo QUE OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE DEMARCAÇÃO SERÃO REGULAMENTADOS POR LEI), E APENSADAS
55ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2015

(Do Sr. Nilson Leitão)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, sobre contratos de bens e serviços, custos e valores empregados nos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, pelo Ministério da Saúde em especial pela Secretaria Especial de Saúde Indígena, em todo o território brasileiro.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as informações abaixo elencados, ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, sobre contratos de bens e serviços, custos e valores empregados nos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, pelo Ministério da Saúde em especial pela Secretaria Especial de Saúde Indígena, em todo o território brasileiro.

JUSTIFICAÇÃO

Sabidamente, a Ministério da Saúde esteve envolvido em irregularidades até então divulgadas diretamente em sua Secretaria Especial de Saúde Indígena, área esta que se encontra a cada dia com mais motivos para serem fiscalizadas, tendo em vista os inúmeros recursos que estão sendo aplicados e



Câmara dos Deputados

o segundo quadro que é o total abandono dos povos indígenas em suas mais remotas regiões.

FOLHA DE SÃO PAULO – 13/MARÇO/2014

Saúde afasta oito suspeitos de superfaturar contratos

Entre eles está um dos diretores de secretaria de atendimento a indígenas

Segundo ministério, valor pago por aluguel de veículos chega a variar 100% de uma localidade para outra

DE BRASÍLIA

O Ministério da Saúde anunciou ontem o afastamento de oito servidores suspeitos de envolvimento em contratações superfaturadas de veículos para trabalhos na área de saúde indígena.

Entre os afastados está Fernando Rodrigues Rocha, ex-diretor do departamento de gestão da secretaria responsável pela saúde indígena.

Rocha atuava na área desde 2003, primeiro na Funasa (Fundação Nacional de Saúde) e depois na pasta.

De acordo com o ministério, houve diferenças "marcantes" nos valores dos contratos de locação. Em alguns casos, a variação chegou a até 100% no valor dos veículos alugados.

"Análise realizada pelo controle interno desde o começo do ano identificou diferenças marcantes entre os modelos e os valores dos contratos com finalidades semelhantes. Como cabia ao diretor supervisionar a prestação destes serviços, a decisão foi pela sua substituição", afirmou a pasta, em nota divulgada ontem.

Rocha não foi localizado pela reportagem.

Como a **Folha** revelou, o Ministério da Saúde gastou irregularmente R\$ 6,5 milhões destinados a comunidades indígenas entre 2010 e 2012, segundo a CGU (Controladoria-Geral da União).

Remédios comprados para o setor de saúde indígena custaram até 8.691% mais que outras aquisições feitas pela pasta.

AUDITORIA

Em nota divulgada ontem, o Ministério informou que está auditando, junto com a CGU, os contratos de alimentação, locação de veículos e transporte aéreo firmados pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

Afirmou também que o trabalho, iniciado no mês passado, ainda não foi concluído.

A auditoria começou a ser feita depois que a pasta detectou uma "oscilação expressiva" entre os valores pagos no aluguel de veículos nesses distritos.



Câmara dos Deputados

No caso do aluguel de caminhonetes, enquanto o distrito de Rondônia desembolsava R\$ 10.558,33 para usar cada veículo, Cuiabá pagava R\$ 20.500,73.

As vans alugadas na Bahia custaram R\$ 20.220,00, enquanto em Mato Grosso o mesmo veículo foi locado por R\$ 25.302,33.

Na Bahia, o ministério identificou uma "falha" no contrato, que deveria ter duração de um ano, mas foi firmado por dois anos.

"O Ministério da Saúde aguarda a conclusão das auditorias para identificar se houve envolvimento ou falhas de servidores públicos. Em casos comprovados de irregularidades, serão abertos processos administrativos para apurar as responsabilidades dos envolvidos", afirmou a pasta na nota.

Ainda segundo o ministério, os contratos serão mantidos durante a auditoria, mas os custos serão renegociados.

(FILIPE COUTINHO, FERNANDA ODILLA, AGUIRRE TALENTO)

Ressalta-se que o prejuízo é para todos, tanto para o contribuinte que investiu o dinheiro dele quanto para o indígena que precisa desta estrutura para sua sobrevivência dentro de seus costumes nos tempos atuais.

Assim, as informações que solicitamos são de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais, no acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, de de 2015

Deputado Nilson Leitão
PSDB/MT